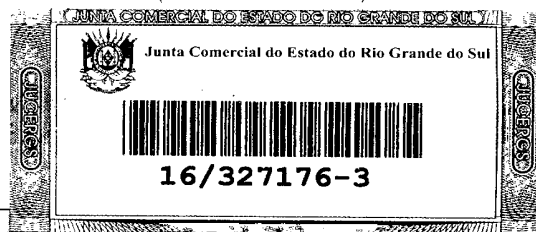




Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)



NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

Código da Natureza Jurídica

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

43207589751

2062

1 - REQUERIMENTO

ILMO. SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

NOME: **FLUXOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA. - ME**

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/RE



RS2201600861622

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
				ALTERACAO
		021	1	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: MARCO ANTONIO BALDO

Telefone de Contato: (51) 3473-5727

Assinatura:

**SAO LEOPOLDO - RS**

Local

**30 Novembro 2016**

Data

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

(JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL)

CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 26/12/2016 SOB Nº: 4383453

Protocolo: 16/327176-3, DE 14/12/2016

Empresa: 43 2 0758975 1  
FLUXOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA. - ME

CLEVERTON SIGNOR  
SECRETÁRIO GERAL

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☒ Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



26 / 12 / 16  
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da Turma

OBSERVAÇÕES

RS 82027650 - 2033805300258

## 2.ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

### “FLUXOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA. - ME”

MARCO ANTONIO BALDO, brasileiro, natural de Canoas (RS), casado pelo regime da comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado em São Leopoldo (RS), à rua Osvaldo Aranha, 68, Bairro Centro, CEP 93010-040, portador da cédula de identidade n.º 5011351301 – SSP/RS, e inscrito no CPF sob o n.º 297.072.180-53; e NEIVA TEREZINHA DA SILVA MARTINS, brasileira, natural de Santo Antonio da Patrulha (RS), divorciada, empresária, residente e domiciliada em Esteio (RS), à rua General José Machado Lopes, 524, apto. 201, Bairro Centro, CEP 93265-040, portadora da cédula de identidade n.º 1044341665 – SSP/RS, e inscrita no CPF sob o n.º 518.395.980-34; únicos sócios componentes da sociedade limitada que gira sob o nome empresarial de FLUXOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA. - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 20.138.059/0001-58, estabelecida em São Leopoldo (RS), à rua Felipe Rieth, 21, bairro Feitoria, CEP 93052-530, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob o n.º 43207589751, em 24/04/2014, e posterior alteração em 21/09/2016, sob o n.º 4336886, resolvem de comum acordo alterar e consolidar seu contrato social, sob as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – A sociedade passa a ter sua sede na rua Ipê, 59, Bairro Rio dos Sinos, São Leopoldo (RS), CEP 93110-310.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Considerando a alteração havida pela cláusula anterior, o contrato social passa a ter a seguinte redação consolidada:

### CONTRATO SOCIAL

#### “FLUXOR INDUSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA. - ME”

#### NOME EMPRESARIAL, SEDE, FORO, DURAÇÃO E OBJETO

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - A sociedade gira sob nome empresarial de “FLUXOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA. - ME”, e tem sede e foro na cidade de São Leopoldo (RS), à rua Ipê, 59, Bairro Rio dos Sinos, CEP 93110-310, podendo instalar ou suprimir filiais ou dependências em qualquer parte do território nacional, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

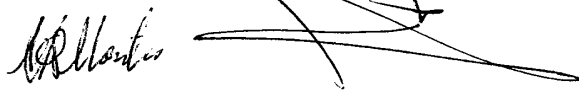
**CLÁUSULA SEGUNDA** – A sociedade iniciou suas atividades em 12/05/2014 e seu prazo de duração é indeterminado.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O objeto social é o de indústria, comércio e manutenção de bombas em geral, incluindo suas peças e acessórios.

#### DO CAPITAL SOCIAL E RESPONSABILIDADE

**CLÁUSULA QUARTA** - O capital social é de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), dividido em 45.000 (quarenta e cinco mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), totalmente subscrito e integralizado, estando assim distribuído entre os sócios:

a)	MARCO ANTONIO BALDO, 22.500 quotas, 50 % do capital total, no valor de.....	R\$	22.500,00
b)	NEIVA TEREZINHA DA SILVA MARTINS, 22.500 quotas, 50 % do capital total, no valor de.....	R\$	22.500,00
	TOTAL DO CAPITAL SOCIAL.....	R\$	45.000,00



**CLÁUSULA QUINTA** - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

#### **DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE, DO EXERCÍCIO SOCIAL E DOS RESULTADOS**

**CLÁUSULA SEXTA** - A administração da sociedade é exercida por ambos os sócios, os quais assinam, em conjunto ou isoladamente, pela sociedade e usam o nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social, ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem a concordância e autorização de todos os sócios.

§ 1.º - Os administradores respondem solidariamente perante a sociedade e aos terceiros prejudicados por culpa no desempenho de suas funções.

§ 2.º - Os administradores receberão um “pró-labore” mensal, fixado de comum acordo por todos os sócios no início de cada exercício social, respeitando as normas fiscais vigentes e os seus limites.

§ 3.º - Os administradores podem a seu juízo, constituir procuradores com poderes especiais.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - Ao término de cada exercício social, em 31 de Dezembro de cada ano, os administradores são obrigados a prestar contas justificadas de suas administrações, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

§ Único – Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

#### **DAS DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS**

**CLÁUSULA OITAVA** - As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, que será convocada pelos administradores.

§ 1.º - O anúncio de convocação para reunião será publicado por três vezes, ao menos, devendo mediar, entre a data da primeira inserção e a da realização da assembleia, o prazo mínimo de oito dias para a primeira convocação, e de cinco dias para as posteriores.

§ 2.º - As publicações serão feitas no órgão oficial do Estado ou da União, conforme o local da sede da sociedade, e em jornal de grande circulação.

§ 3.º - Dispensam-se as formalidades de convocação previstas nos parágrafos antecedentes, quando todos os sócios comparecerem ou declararem, por escrito, estarem cientes do local, data, hora e ordem do dia.

§ 4.º - A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

§ 5.º - Realizada a reunião, dos trabalhos e deliberações será lavrada a ata no livro de atas de reuniões, e cópia desta assinada e autenticada pelos sócios, ou pela mesa será apresentada ao registro Público de Empresas Mercantis, para arquivamento e averbação.

**CLÁUSULA NONA** - Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato:

- a) Aprovação das contas da administração;
- b) A designação dos administradores;
- c) A destituição dos administradores;
- d) O modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;
- e) A modificação do contrato social;
- f) A incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- g) A nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento da suas contas;
- h) O pedido de concordata.



## DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS DE CAPITAL

**CLÁUSULA DÉCIMA** - As quotas de capital são indivisíveis, e entre os sócios livremente transferíveis, porém, sua oneração, cessão, e transferência para terceiros somente podem ser efetivadas se as mesmas forem oferecidas ao outro sócio, ficando assegurado o seu direito de preferência na aquisição, em igualdade de condições nos termos da legislação vigente.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - O quotista que quiser transferir suas quotas de capital, total ou parcialmente, para terceiros deve comunicar sua intenção por escrito ao outro sócio, indicando o nome, qualificação, endereço do pretendente, bem como o preço e as condições de pagamento ajustadas. Esta comunicação dá direito de preferência, pelo prazo de 90 (noventa) dias, findo o qual, aquele que exercer seu direito terá prazo de 60 (sessenta) dias para pagar o preço das quotas, ou a primeira parcela, conforme condições de pagamento. Não sendo exercido o direito de preferência pelo outro sócio, as quotas oferecidas estarão livres para serem cedidas a quaisquer terceiros interessados formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

## DO FALECIMENTO, RETIRADA OU EXCLUSÃO DE SÓCIO

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - O falecimento de qualquer dos quotistas não dissolverá a sociedade, que poderá continuar com os herdeiros do *de cujus*, salvo se o sócio remanescente optar pela dissolução da mesma. Ocorrendo um dos casos previstos deverá ser apurado um balanço patrimonial da sociedade especialmente levantado, à data da resolução, onde será determinado o valor da participação patrimonial de cada sócio para fins de liquidação.

§ Único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - Não sendo do interesse dos herdeiros ou do sócio remanescente o ingresso de novos sócios, os haveres do sócio falecido apurados na forma da cláusula anterior, serão pagos em 48 prestações mensais, iguais e sucessivas acrescidas de juros de mora a razão de 12% a.a. e correção monetária com base na variação de índice oficial determinado pelo Governo Federal como, IGP-M, IGP, INPC, IPC ou qualquer outro índice que venha substituí-los.

§ 1.º – Até que se ultime, no processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo *de cujus*, incumbirá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade.

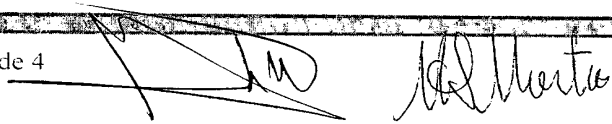
§ 2.º – Os herdeiros, através de seu inventariante ou representante legal, poderão retirar-se da sociedade.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade.

## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - Os casos omissos serão tratados pelo que regula o Capítulo I, Subtítulo II do Livro II da Lei 10.406/2002 – Código Civil.


**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** – Os sócios declaram formalmente não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeça de exercer atividades mercantis, e declaram ainda, formalmente, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a

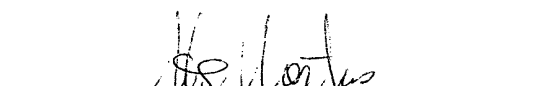


economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

E por assim concordarem plenamente com tudo quanto expressa o presente instrumento firmam o mesmo em 01 (uma) via, obrigando-se por si e por seus herdeiros ao seu fiel cumprimento.

São Leopoldo/RS, 30 de novembro de 2016.

  
Marco Antonio Baldo

  
Neiva Terezinha da Silva Martins

